



JEAN MONNET SUPPLEMENT

Ano 2 • Número 07 – Janeiro de 2017

EDITORIAL

O Suplemento Jean Monnet deste mês aborda temas como o fim da presidência de Barack Obama, as consequências da saída da Venezuela do Mercosul e um comentário sobre as repercussões políticas e legais do Brexit no Reino Unido. A publicação deste número do suplemento coincide com uma série de eventos no IRI e no Caeni sob a guarida do projeto Jean Monnet. Merece especial atenção o Young Researcher Seminar (YRS), que reúne 22 pesquisadores de diferentes disciplinas e regiões do país apresentando temas como a percepção brasileira das relações entre Brasil e União Europeia, as consequências do Brexit, e estudos comparados de políticas públicas no Brasil e na Europa sobre clima, energia e bioversidade. Esses trabalhos farão parte de um novo livro sob os auspícios do projeto Jean Monnet, com lançamento previsto em 2018. A última sessão do YRS será um debate aberto, liderado por Claudia Gintersdorfer, da Delegação da União Europeia para o Brasil, com abertura do Diretor do Instituto de Relações Internacionais, Dr. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari. Entre as presenças confirmadas para acompanhar o evento estão os Cônsules de de diversos países da União Europeia, assim como estudantes, jornalistas e representantes da sociedade civil.

Entre as demais atividades sob o projeto em 2017 estão o já consolidado curso de Negociações Internacionais, com 5 dias de treinamentos em português, liderado pelos professores Amâncio de Oliveira e Janina Onuki. O treinamento inclui dinâmicas e reflexões sobre aspectos da relação entre Brasil e União Europeia. Em paralelo, um treinamento de 6 aulas será conduzido em inglês, no qual Claudia Gintersdorfer e Maria Rosa Sabbatelli da delegação da União Europeia em Brasília, oferecerão uma perspectiva valiosa sobre a estrutura da relação Brasil-União Europeia. Jan Eichbaum, Cônsul-Geral de Luxemburgo, apresentará o papel da União Europeia e de seus Estados-membros em negociações internacionais, enquanto Carolina Pavese (PUC Minas) e eu faremos a introdução de temas relativos à história e ao funcionamento da União Europeia.

Dr. Kirstyn Inglis Visiting Professor at IRI/USP

Sumário	
Editorial	1
Fim da Era Obama: Legado do Poderíamos	2
Brexit: O Parlamento decide sobre o acionamento do Artigo 50	4
As Implicações da Saída da Venezuela do Mercosul	4

Fim da Era Obama: Legado do Poderíamos

Caliel Calves da Costa*

Discutir se a administração de Barack Obama foi benéfica para os Estados Unidos da América (EUA) ou para a mundo e a sua multiplicidade de relações não é uma tarefa, por hora, que tenha a objetividade como uma virtude. Primeiramente porque o período analisado ainda é extremamente recente e ainda não tivemos a oportunidade de constatar o desenrolar dos eventos que determinarão o destino de seu legado e de suas principais medidas políticas. E também, pois vivemos correntemente em uma época de instabilidade e recessão geopolítica, como discute o relatório da consultoria "Eurasia - Top Risks 2017: The Geopolitical Recession". Portanto aqui será proposta uma análise primeira de esferas pontuais marcantes da presidência do primeiro presidente negro da história dos EUA.

Preliminarmente, é essencial considerarmos o contexto no qual Barack Obama assumiu a Casa Branca. Em 2009, os EUA combatiam em duas Guerras no Oriente Médio, as expectativas se mostravam infladas e a população desejava mudanças drásticas após um governo intragável de George W. Bush e uma campanha baseada na esperança do democrata. E, por fim, os EUA e o mundo passavam pela pior crise financeira desde a Grande Depressão de 1929. O que acarretou no período em uma alta do desemprego que chegou a uma taxa de 10% em outubro de 2009, sensíveis dificuldades de grandes multinacionais em assegurar o seu futuro, e a grave bolha imobiliária.

E tais fatos ditaram as primeiras medidas da administração de Obama, que por meio de ações contundentes e gerenciamento eficaz conseguiu reverter esse panorama e concluir a sua gestão hoje no início de 2017 com altas sem precedentes das principais bolsas de valores americanas, uma taxa de desemprego em 4,6%, a menor nos últimos dez anos, a valorização dos imóveis americanos e o aumento do ritmo do mercado imobiliário.

Não obstante essa recuperação e retomada de certa estabilidade em um período mais curto, a economia estadunidense ainda apresenta consequências oriundas da crise de 2008. O crescimento econômico americano se mostrou ínfimo e o número de indivíduos procurando por empregos diminuiu drasticamente, principalmente em decorrência da oferta de empregos com salários muito baixos e a morosidade em seu aumento anual.

Em áreas cosmopolitas e progressistas o ex-presidente americano atuou em prol de ações que privilegiaram o pensamento coletivo e inclusivo. Suas maiores demonstrações nesta esfera foram por meio de suas iniciativas na área da saúde, de proteção do meio ambiente e combate à mudança climática.

No âmbito da saúde, o "Affordable Care Act", popularmente conhecido como "Obamacare", permitiu desde 2010 até o fim do segundo mandato de Obama em 2017 que mais de 20 milhões de indivíduos pudessem ter acesso a um seguro e saúde, o que antes era inviável já que os EUA tem um dos serviços médicos mais caros do globo e seguros de saúde com trâmites burocráticos intransponíveis para grande parte da população.

Na área ambiental, pode-se considerar que Obama foi um dos presidentes mais ativos do campo, principalmente devido a gravidade que a temática adquiriu durante seus termos, porém a mudança foi tão brusca na abordagem do problema que a mídia chegou a caracterizálo como o "Primeiro Presidente do Meio Ambiente". No entanto, há medidas, principalmente durante seu segundo mandato, que suportam tal afirmação. Estas são a criação de diversas áreas de proteção ambiental sem precedentes no território estadunidense, a proibição da exploração de petróleo e gás no Ártico e no Atlântico, e ainda a assinatura do Acordo de Paris - o primeiro acordo que tem a intenção de diminuir as emissões de gases de efeito estufa contundentemente após as falhas de Kyoto e Copenhague, abrangendo 196 Estados. Incluindo a China, país que aderiu ao acordo após articulações americanas e suas concessões. A postura

de Obama foi salutar e necessária, todavia corre sério risco com Trump no salão oval e sua atitude negacionista.

Por outro lado, há duas áreas de grande sensibilidade e foco de muitos questionamentos do governo de Obama e estas são sua política externa e o modo como lidou com problemas de segurança nacional.

A política externa do democrata desde seu início teve um mote antitético ao de seu antecessor George W. Bush e pretendia não cometer os mesmos erros cometidos pelo republicano, como as guerras no Oriente Médio e outras intervenções militares que apenas resultariam em prejuízos para o Estado americano e diminuição de sua popularidade. Outra meta da administração de Obama também foi a de reconciliar antigos e custosos atritos diplomáticos históricos, como o caso de Cuba, país com o qual os EUA voltaram a ter relações mais próximas e o Irã, Estado com que conseguir chegar a um acordo histórico que objetiva cessar os programas nucleares do país e, por conseguinte, não o impor mais rígidas sanções econômicas.

Entretanto, mesmo que a primeira vista estas propostas aparentem ser pacifistas não significa que o governo conseguiu se distanciar de ações de força. O número sem precedentes de ataques aéreos com "drones" comprova isso. Enquanto Bush autorizou por volta de 57 ataques, Obama autorizou 563.

E mesmo assim, não conseguindo evitar atitudes beligerantes, o governo foi questionado por sua passividade perante os eventos ocorridos na intervenção na Líbia e, particularmente, na atual Guerra da Síria, na qual o governo evidenciou que interviria no conflito caso o presidente sírio atentasse contra sua população, Bashar al-Assad não respeitou e o governo americano preferiu não agir. O que no cenário internacional ficou marcado como uma posição extremamente fraca e omissa da maior potência militar do planeta e que até hoje tem consequências nefastas para a população síria e reverberações vis no continente europeu devido a crise migratória decorrente dos horrores do conflito.

Por fim, mesmo que a presidência de Obama tenha sido um marco histórico e tenha avançado em pontos importantes e progressistas como no combate ao racismo, na promoção da inclusão social e na defesa de direitos igualitários com seu apoio ao casamento gay; sua administração também apresentou problemas que custaram aos democratas a sua continuidade na presidência dos EUA, uma população segmentada e paradoxal, e instituições com sólidas bases republicanas.

O que acarretará em um duro golpe ao que poderia ter sido uma presidência de mudanças paradigmáticas e defesa do cosmopolitismo, porém agora poderá ser apenas uma ponte entre a era Bush e a incógnita que é a era Trump.

Caliel Calves da Costa é aluno de graduação do Bacharelado em Relações Internacionais da USP e pesquisador junior do Caeni-USP

Referências:

- DOUTHAT, Ross. The Obama Legacy. The New York Times. New York, p. 1-1. 18 jan. 2017.
 Disponível em: https://www.nytimes.com/2017/01/18/opinion/the-obama-legacy.html?_r=2. Acesso em: 19 jan. 2017.
- GREENBERG, David. Syria Will Stain Obama's Legacy Forever. Foreign Policy.., p. 1-1. dez. 2016. Disponível em: http://foreignpolicy.com/2016/12/29/obama-never-understood-how-history-works/. Acesso em: 14 jan. 2017.
- HIRSCHFELD, Julia et al. Obama on Climate Change: The Trends are Terrifying. The New York Times. New York, p. 1-1. set. 2016. Disponível em: https://www.nytimes.com/2016/09/08/us/politics/obama-climate-change.html?_r=0. Acesso em: 19 jan. 2017.
- MILMAN, Oliver et al. Obama's legacy: the promises, shortcomings and fights to come. **The Guardian.** London, p. 1-1. 01 jan. 2017. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-page-14.

- news/2017/jan/03/barack-obama-president-legacy-policy-issues-wins-fights>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- PURKISS, Jessica; SERLE, Jack. Obama's covert drone war in numbers: ten times more strikes than Bush. The Bureau Investigates..., p. 1-1. 17 jan. 2017. Disponível em: https://www.thebureauinvestigates.com/2017/01/17/obamas-covert-drone-war-numbers-ten-times-strikes-bush/>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- SPEKTOR, Matias. Obama combateu vulgaridade no poder, mas legado diplomático é frágil. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, p. 1-1. 12 jan. 2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2017/01/1849108-obama-combateu-vulgaridade-no-poder-mas-legado-diplomatico-e-fragil.shtml. Acesso em: 15 jan. 2017.
- WOLFF, Tobias et al. The Obama years: novelists assess his legacy. The Guardian. London, p. 1-1.
 04 set. 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2016/sep/04/goodbye-obama-what-the-novelists-say-tobias-wolff-akhil-sharma-attica-locke-hari-kunzru-jayne-anne-p.
 Acesso em: 10 jan. 2017.

Brexit: Parlamento decide sobre o acionamento do Artigo 50

Daniela Ferreira Gomes de Matos*

Após a maioria dos cidadãos do Reino Unido ter votado por sair da União Europeia (UE) no referendo realizado em junho do ano passado, o processos envolvendo o Brexit tem trazido inúmeras discussões e incertezas quanto aos caminhos a serem seguidos.

No final de janeiro passado, mais uma decisão foi tomada: foi julgado pelo Supremo Tribunal do Reino Unido se o Parlamento precisaria votar a possibilidade do governo pode iniciar o processo Brexit ou se o mesmo tem o poder de realizar negociações oficiais com o resto da UE sem o acordo prévio. Se o julgamento decidisse pelo governo não podendo usar da chamada prerrogativa real, como alegado pelo mesmo, Theresa May seria obrigada a esperar o parecer dos deputados e seus pares para iniciar sua conversações com os EUA.

No decorrer das negociações do caso na Suprema Corte os argumentos apresentados pelo governo foram que que, graças à prerrogativa real do Reino Unido, conjunto de poderes que dão ao primeiro-ministro e ao governo a autoridade para tomar decisões sem consultar o Parlamento, poderia fazer este movimento sem a necessidade de consultar o mesmo.

Alegou ainda que que os membros do parlamento votaram anteriormente em favor da consulta ao povo britânico e convocação do referendo do Brexit, no qual se decidiu, através dos eleitores, pela saída do Reino Unido da União Europeia.

Se opondo à esses argumentos, os ativistas levantaram que negar ao Parlamento do Reino Unido uma votação era uma ação antidemocrática e uma violação de princípios constitucionais.

Durante a decisão pelo Supremo Tribunal, foram levados pontos chave em consideração. Primeiramente, a existência da lei de 1972 que regula a entrada do Reino Unido na então CEE (Central and Eastern Europe), criando um processo pelo qual o direito da UE se torna uma fonte para a lei do Reino Unido. Logo, enquanto em vigor, determina que o direito da UE é uma "fonte independente e primordial" do sistema jurídico do Reino Unido. Assim como teve sua entrada decidida pelo Parlamento, esse deve também decidir para que essa deixe de ser a realidade jurídica vigente.

A retirada do Reino Unido da UE faz uma mudança fundamental nos acordos constitucionais do mesmo, justamente devido ao corte dessa fonte do direito, levado à uma alteração que, pela Constituição do Reino Unido, é exigida que só possa ser feita pelo Parlamento.

Por fim, como alguns dos direitos internos dos residentes no Reino Unido estão em cheque nessas mudanças, se torna inadmissível que o governo se retire dos Tratados da UE sem a autorização prévia do Parlamento

Ao julgar, a Suprema Corte decidiu, ganhando de oito contra três votos, portanto, que o governo britânico não pode, sem que haja uma lei do Parlamento autorizando essa ação, acionar o Artigo 50. Assim confirmando a decisão da Supremo Tribunal de novembro que declarou que seria ilegal a utilização pelos poderes executivos da chamada prerrogativa real para implementar o resultado do referendo do ano passado. Sobre a decisão, David Neuberger, presidente da Suprema Corte, ainda realçou a necessidade das futuras alterações legais, exigidas a partir do corte do direito da União Européia como base para o do Reino Unido, sejam, como prevêem as disposições constitucionais, autorizadas pelo Parlamento".

Foi rejeitado ainda, por unanimidade, os argumentos do Parlamento Escocês, Assembleia Galesa e da Assembléia da Irlanda do Norte que reivindicavam a necessidade da votação e permissão também por esses para o acionamento do Artigo 50. Esses países, nos quais o Remain venceu, estão gerando um grande debate: A Irlanda do Norte, por exemplo, como a única parte do Reino Unido que também partilha uma fronteira terrestre com outra nação da União Européia fez com que fossem levantadas preocupações sobre como essa fronteira pode ser afetada.

Durante a audiência, foi argumentado ainda sobre a situação desse país: a Irlanda do Norte supostamente teria um lugar único na Constituição do Reino Unido devido à natureza do Acordo de Belfast de 1998 e aos órgãos descentralizados que dela derivavam, logo, a sua constituição não poderia ser mudada sem um voto por seu povo. Os membros do parlamento, no entanto, decidiram que, enquanto as pessoas da Irlanda do Norte realmente tinham uma palavra constitucional fundamental sobre ser parte do Reino Unido, essa não se estendia a fazer parte da UE.

Anteriormente, Nicola Sturgeon, primeiro ministro da Escócia, havia prometido que que os membros do parlamento escocês teriam a oportunidade de participar votando no processo de encaminhamento do Artigo 50, independentemente do resultado do caso da Suprema Corte. Além disso, dizendo que "Este não é um debate acadêmico - afastar-nos do maior mercado único do mundo seria devastador para o trabalho e o padrão de vida das pessoas", Sturgeon apresentou junto ao governo propostas contendo uma solução diferenciada, na qual haveria a permanência da Escócia no sistema do mercado único, diferentemente do resto do Reino Unido.

Após o julgamento, o procurador-geral Jeremy Wright declarou que, apesar do desapontamento do governo com a decisão, essa seria cumprida e que seria feito o necessário para implementar o julgamento do tribunal.

Por fim, Boris Johnson, secretário de Relações Exteriores e uma das grandes vozes do Leave, que declarou no discurso da vitória da campanha que "A coisa mais preciosa que este país tem dado ao mundo é a idéia de democracia parlamentar", também comentou a decisão da Suprema Corte. Para Johnson, agora o parlamento britânico deverá realizar a vontade do povo e, assim, o intuito é acionar o Artigo 50 até o final de março.

Daniela Ferreira Gomes de Matos é aluna de graduação do Bacharelado em Relações Internacionais da USP e pesquisadora júnior do Caeni-USP

Referências:

- http://www.express.co.uk/news/uk/728329/article-50-high-court-case-brexit-royal-prerogativewhat-is
- http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/brexit-supreme-court-ruling-uk-government-no-permission-scotland-northern-ireland-permission-trigger-a7542841.html
- http://www.bbc.com/news/uk-politics-38720320
- http://www.newsweek.com/boris-johnsons-brexit-victory-speech-full-transcript-474086

As implicações da saída da Venezuela do Mercosul

João de Souza Trigo*

No dia 1 de dezembro de 2016, em reunião que envolvia os chanceleres dos países membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), foi decidido através de uma das últimas resoluções do bloco no ano, a suspensão da Venezuela pelo descumprimento de implementação das normas e acordos do bloco regional dentro do ordenamento jurídico venezuelano.

Os rumores já apontavam que essa seria a decisão tomada pelos governos dos países fundadores do bloco. A Venezuela já havia descumprido anteriormente em um primeiro prazo estipulado e recebeu mais três meses para fazer as mudanças necessárias, no entanto, continuou não aderindo aos pré-requisitos e não obteve uma nova oportunidade. No dia seguinte o documento oficial e assinado já havia sido enviado para a ministra das Relações Exteriores da Venezuela, Delcy Rodríguez, a qual acusou os países membros de darem um "golpe de Estado" no bloco.

Mesmo não tendo sido alçada ao posto de membro pleno, por estar no período de adaptação normativa, a Venezuela iria assumir a Presidência rotativa do Mercosul pelos próximos seis meses e devido a dois principais motivos é que os outros países se articularam para acelerar a suspensão do país, fazendo-se entender que este desligamento pode ser compreendido mais com elementos políticos e pragmáticos do que critérios objetivos e normativos.

A primeira razão é entendida através do péssimo momento político, econômico e social que a Venezuela passa internamente. A crise, inflação, desemprego, falta de abastecimento, o autoritarismo de Maduro (presidente) e as denúncias de violações de Direitos Humanos fazem a Venezuela ser encarada como um problema e desafio tanto nas eventuais negociações bilaterais entre blocos econômicos ou o Mercosul e algum outro país quanto na agilidade de tomar decisões internas do bloco.

O segundo grande motivo é a mudança governamental nos dois maiores países do bloco. No Brasil, através do impeachment de Dilma e na Argentina pelo final do mandato de Cristina Kirchner. Agora, respectivamente à frente das duas nações, Temer e Macri, não são políticos que seguem uma linha de seus antecessores e, por tanto, também não cultivam a simpatia pelo presidente venezuelano.

Ainda assim, por mais que haja um interesse dos países fundadores em tentar fazer do Mercosul um bloco mais dinâmico e ativo, a suspensão da Venezuela (mesmo sendo um país em crise e com um governo controverso e mesmo tendo chegado à sua posição de quase membro pleno por também uma outra cartada política dentro do bloco), levanta uma dúvida, frente à comunidade internacional, da coesão e estabilidade do bloco sul-americano. Questiona-se o quanto o Mercosul é utilizado apenas para fins políticos sem um ideal de integração forte e consolidado. Esse episódio pode também ser visto com desconfiança e afastar a adesão de possíveis novos membros.

Ou seja, em um momento que a Venezuela crescia impulsionada pela exportação de petróleo, o Mercosul viu logo uma oportunidade para se beneficiar do livre mercado desta commodity. Para isso, Brasil e Argentina arquitetaram o afastamento do Paraguai, único país descrente da entrada do governo venezuelano no bloco. E então quando o preço mundial do petróleo despenca e arrasa a economia do país, trazendo fortes consequências políticas e sociais, os Estados membros se sentiram mais seguros decretando a saída de seu parceiro do bloco ao invés de tentar implementar uma solução política de auxílio, mesmo havendo as diferenças entre os atuais governos.

O bloco sai, de certa maneira, enfraquecido. E busca agora soluções individuais de negociações bilaterais de tratados de livre comércio (TLC). Ainda existe a ideia de que os países do bloco competem entre si o mercado dos produtos que exportam e por isso estuda-se flexibilizar a independência de cada membro para realizar seus próprios TLC. A saída da Venezuela não traz mudanças institucionais ou normativas complexas dentro do bloco porque ela nem chegou de fato a entrar, no entanto, a visão de que tirá-la do bloco fosse trazer uma imagem de maior estabilidade para facilitar as negociações pode estar equivocada.

João de Souza Trigo é aluno de graduação do Bacharelado em Relações Internacionais da USP e pesquisador júnior do Caeni-USP

Referências:

- http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,venezuela-sera-suspensa-domercosul-em-dezembro,10000089815
- http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/12/1837650-paises-do-mercosul-assinam-suspensao-da-venezuela-do-bloco.shtml
- http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/12/1837772-venezuela-diz-nao-reconhecer-suspensao-do-mercosul.shtml
- http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/02/internacional/1480699979_812056.html
- https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/12/02/Venezuela-%C3%A9-suspensa-do-Mercosul.-Qual-a-import%C3%A2ncia-pr%C3%A1tica-e-a-simb%C3%B3lica-do-ato
- http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38464593

EXPEDIENTE

Coordenador:Amâncio Jorge de OliveiraEditor in Chief:Janina OnukiExecutive Editor:Kirstyn InglisSub-Editor:Daniela Ferreira Gomes de Matos

Pesquisadores que colaboraram nesta edição: Daniela Ferreira Gomes de Matos, Caliel Calves da Costa, Guilherme Gonçalves Mélo, Janina Onuki, João de Souza Trigo, Rafael Nunes Magalhães

Assistente executiva: Vanessa Munhoz



